

SAGASTIZÁBAL, Leandro de. *Diseñar una nación – un estudio sobre la edición en la argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002. 159 p.

Marisa Midori Deaecto

Doutoranda pelo Depto. de História-FELCH/USP
e Bolsista da Fapesp.

O longo do século XIX significou para a América Latina a sua luta pela emancipação política e modernização de sua estrutura sócio-econômica. Como consequência desse processo, várias cidades já constituídas na época colonial compartilharam, com os seus respectivos limites e especificidades, de um mesmo surto populacional e urbanístico, a exemplo do que se dera na cidade do México, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Buenos Aires, para citar os casos cujas transformações foram mais expressivas a partir dos anos de 1870/80.

Para além das mudanças infra-estruturais verificadas nessas cidades, há que se contar aquelas que dizem respeito à sua superestrutura. À formação e emancipação dos espíritos, o que subentende a emergência de uma classe intelectual engajada para pensar as coisas da nação, a alfabetização de suas gentes e a criação de meios adequados para a ampla difusão do novo produto cultural. O *Anuario Bibliográfico de la República Argentina*, objeto de estudo de Leandro de Sagastizábal no livro em pauta, foi concebido nesse espírito de criação de um *corpus* nacional autêntico. Parafraseando o professor Antonio Candido, o *Anuario* se caracteriza pelo esforço dos argentinos no seu desejo de ter uma literatura, compreendida aqui no amplo sentido de produção letrada, abrangendo uma vasta gama de conhecimentos.

Leandro de Sagastizábal é graduado em História pela Universidade de Buenos Aires, onde exerce a atividade docente, além de trabalhar no meio editorial. Publicou, entre outros títulos, *La edición de libros en Argentina* (Eudeba, 1995). Em *Diseñar una nación. Un estudio sobre la edición en la Argentina del siglo XIX*, o autor retoma a história das edições argentinas tendo em vista a articulação dos seus agentes editoriais com o Estado. Ele parte da premissa segundo a qual “as transformações políticas, sociais e econômicas que se cristalizaram em torno de 1880” (p.12) se traduziram, no campo da cultura, em campanhas de alfabetização em massa e no fomento do mercado de livros argentinos. O que explicaria o aparecimento de aproximadamente 980 estabelecimentos tipográficos entre 1869 e 1895, e a emergência de empresas editoriais tais como *M. Biedna*, *Pablo E. Coni*, *Del Porvenir*, para citar aquelas que apresentaram maiores volumes de impressos em 1870.

O *Anuario Bibliográfico de la República Argentina* foi então idealizado, como o próprio autor explica, como “um tipo de catálogo das publicações impressas no país” (p.13), que circulou entre os anos de 1879 e 1887. A edição saía sob a responsabilidade de Alberto Navarro Viola, advogado, catedrático, bibliófilo, editor e secretário particular do então presidente Julio Roca. Entre seus colaboradores, figuravam Domingo F. Sarmiento, Martín García Mérou – ambos ex-presidentes da República, confirmando a vocação dos intelectuais para a carreira política, como bem o observara Angel Rama – Alejandro Korn, Bartolomé Mitre, Juan Bautista Alberdi, todos compondo a plêiade de intelectuais que tornou célebre a “geração de 80” na Argentina.

Assim, se toda forma de ordenamento subentende o exercício do poder, seria possível resgatar dos catálogos, das bibliografias e mesmo de bibliotecas já constituídas, as suas matrizes ideológicas? Para o autor, isso é possível. Mas não se pode atribuir apenas ao editor o papel de “censor” no processo de seleção das obras a serem editadas. Também ao Estado, que por meio de seus órgãos de cultura se via comprometido nesse processo de ordenamento da leitura. E, em instâncias menores, os mesmos mecanismos se reproduziriam nas escolas, bibliotecas públicas, livra-

rias... de modo a constituir uma totalidade coerente que desse forma a um desenho de nação. Ou pelo menos ao seu esboço.

O *Anuário* é definido, numa perspectiva expressamente influenciada pela leitura de Pierre Bourdieu, como “uma ferramenta política e cultural de um setor que buscava hegemonizar um projeto. Dessa maneira, ele possibilitou a delimitação de um cânon literário nacional, ao orientar o debate historiográfico e a construção de um passado comum, ao definir e avaliar quais textos educativos eram necessários para formar a opinião pública”(p.158). Destinava-se portanto às classes cultas, que tendo em mãos o inventário da produção editorial de cada ano, podiam selecionar o repertório de seu interesse. Sob o ponto de vista formal, os livros se apresentavam em seções temáticas: Teologia, Jurisprudência e Ciências Sociais, Ciências e Artes, Belas Artes e Filologia, Ciências históricas, seguindo a metodologia de Brunet, aliás, um procedimento de catalogação muito comum entre as livrarias e bibliotecas da época.

Na primeira parte do livro, Leandro de Sagastizábal traça as linhas temáticas constituintes do *Anuario*. Quais tendências? Qual o sentido de cada disciplina ali representada? Por que o interesse em editar livros sobre os limites territoriais do país? Qual o repertório para as ciências jurídicas, as belas artes, os ciclos de alfabetização? Quais livros, enfim, perfaziam o mercado de bens culturais da sociedade argentina?

Na segunda parte, são postos em relevo os agentes ordenadores do livro: bibliógrafos, editores e livreiros. De uma discussão de cunho analítico sobre o significado das bibliografias e as áreas de interesse que elas privilegiaram naquele contexto, chega-se, enfim, ao desenlace da parte dinâmica desse mecanismo tão intrincado de circulação dos livros, ou seja, o movimento de editores e livreiros no mercado. E, mais especificamente, no mercado portenho, o nervo editorial do país. Conclui-se, nesse ponto, que o impulso dado ao livro a partir da segunda metade do século XIX se deve a uma combinação de interesses entre o Estado, que desempenhava o papel de regulador, mas também o de fomentador da cultura e o mercado editorial. Fato que se comprova estatisticamente pelo crescimento do número de estabelecimentos tipográficos, editoras e livrarias na cidade de Buenos Aires.

Ocorre que o mercado argentino, a exemplo do mexicano e do espanhol, tinha no seu horizonte um público que extrapolava as linhas do seu território. O autor lembra que já na época de Sarmiento o Estado não deixava de buscar alhures novos parceiros de língua castelhana para a expansão do mercado de impressos argentinos. Assim, tal como ocorrera no Brasil, se a classe dirigente argentina não apagava os traços das matrizes européias, havia por outro lado o empenho na construção de um novo paradigma, este de coloração nacional. Neste aspecto, a história do livro argentino desperta nosso interesse justamente por revelar um desenho bem particular da cultura deste país: toda ela profundamente ensimesmada e voltada para uma comunidade de leitores castelhanos. Pois é curioso notar que foram raros os momentos em que houve algum contato entre as duas culturas. De um lado a castelhana, polarizada em Buenos Aires e a outra brasileira, que teve o Rio de Janeiro e posteriormente São Paulo como centros de referência. O resultado, bem o conhecemos, foi esse abismo intransponível de dois projetos, duas culturas, dois mercados distintos que se consolidaram no sistema cultural latino americano. Moral da história?! O Brasil e a Argentina se tornaram, enfim, antípodas nesse imenso continente.